



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Gabinete da Presidência

ATA DA 3ª REUNIÃO DE ANÁLISE DA ESTRATÉGIA - RAE / 2017

No dia dezoito de outubro do ano de dois mil e dezessete, às 14h, na sala de reunião da Diretoria-Geral do Tribunal Regional do Trabalho da Terceira Região, no 13º andar, da Avenida do Contorno n. 4631, reuniram-se os seguintes integrantes do grupo Estratégico, Ricardo Oliveira Marques, Diretor-Geral; Telma Lúcia Bretz Pereira, Diretora Judiciária; Rene de Souza Torres, Assessor da Corregedoria Regional, Denise Maria Reis Grego, Secretária de Apoio Judiciário; Cristiano Barros Reis, Diretor Administrativo; Maria Cristina Gonçalves Discacciati, Diretora de Gestão de Pessoas; Lucineide Pimentel Teixeira, Secretária de Comunicação Social; Gilberto Atman Picardi Faria, Diretor de Tecnologia de Informação e Comunicações; Marília Souza Diniz Alves, Diretora de Orçamento e Finanças e Sandra Pimentel Mendes, Secretária de Gestão Estratégica. Além dos integrantes do grupo estratégico acima mencionados, participaram também os servidores Ana Flávia Sales B. Chaib, Assessora Chefe da Diretoria Geral, Maria Lúcia Cabral Moreira, Assessora da Diretoria Geral, André Luiz Morais Mascarenhas, Secretário de Licitações e Contratos, Geraldo Mendes Diniz, Secretário de Saúde, Eliel Negromonte Filho, Secretário de Desenvolvimento de Pessoas, Priscila de Farias Quintão Boechat e Beatriz Bueres Batista da Secretaria de Desenvolvimento de Pessoas, Antônio Cláudio dos Santos Rosa da Secretaria de Controle Interno, Déborah Rezende Junqueira Dias Alves da Vice Corregedoria Regional, Patrícia Helena dos Reis, Renata Nunes Franco, Liégia Maciel de Oliveira, Thais Costa Cruz, Juliana Aparecida Ribeiro e Victor Aubin Verzani Souza da Secretaria de Gestão Estratégica. Ausentes os integrantes do grupo estratégico Douglas Eros Pereira Rangel, Secretário-Geral da Presidência e Rejane de Paula Dias, Secretária da Escola Judicial. Os trabalhos foram abertos pela Secretária de Gestão Estratégica que agradeceu a presença de todos e apresentou a pauta da reunião: Deliberações da RAE anterior (alinhamento da cadeia de valor com o planejamento estratégico e revisão de indicadores), Análise da Seção de Estatística, Análise dos Resultados do 2º quadrimestre deste exercício e repasse de informações a respeito da Resolução CSJT n. 197/2017. Dando sequência, Renata Nunes e Patrícia Reis, expuseram as medidas tomadas em relação as deliberações da RAE anterior, a saber: 1) no que diziam respeito ao alinhamento da Cadeia de Valor com o Planejamento Estratégico, destacou-se: a) reuniões preliminares realizadas com os



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Gabinete da Presidência

grupos G1 e G4, gestão documental e de dados, respectivamente, com o início de formatação de projetos futuros a serem incorporados no portfólio do TRT3, b) G3 - desdobramento da estratégia, o Gabinete de Apoio da SEGE concluiu as tarefas relacionadas junto à Secretaria de Saúde e Secretaria de Comunicação Social e há previsão de iniciar atividades em 30.10.2017 com a Memória. Para 2018 pretende-se dar prioridade para a Gestão de Pessoas em razão do disposto na Resolução CNJ n. 240, de 9 de setembro de 2016, c) para as melhorias do G5 correlatas a 1ª instância, o EPRO está em negociação com a gerente do Projeto Otimização por micro-indicadores, para incorporação das demandas por se tratar de matérias afins e d) optou-se por adiar para 2018 a reunião com o G4 – Gestão de Pessoas, considerando a necessidade de priorização das demandas do Projeto Estratégico “Implantação do SIGEP”; 2) em relação a revisão dos indicadores estratégicos, as propostas apresentadas foram aprovadas pelos presentes e serão submetidas à Comissão de Gestão Estratégica: a) alterar a nomenclatura do indicador 10 – Taxa de congestionamento na fase de conhecimento – 1º grau e propor uma redução de 10% do valor das metas em relação aos valores de 2014; b) alterar, por solicitação da Escola Judicial, as metas do indicador 34A para 2017=60%, 2018=70%, 2019=80% e 2020=90%; c) alterar a periodicidade de aferição do indicador 45A para semestral; d) substituir o indicador 53 pelo Índice de atendimento das metas do Plano de Logística Sustentável – PLS; e) excluir os indicadores 32A, 47 e 53; f) ajustar a fórmula do Indicador 63. Dando prosseguimento, o servidor da Seção de Estatística, Victor Aubin Versani Souza, expôs ao grupo estratégico o resultado da análise dos gráficos apresentados, destacando que para verificar se as tendências são significativas utilizou-se um teste estatístico que se chama Mann Kendall. A partir da análise de 36 meses, set/14 a abr/17, percebe-se que a tendência no recebimento processual, os processos solucionados, os conciliados, os processos baixados nas fases de conhecimento e execução, os processos pendentes de baixa na fase de execução assim com a sua taxa de congestionamento, e o prazo médio na primeira instância são estáveis. Há uma forte tendência de crescimento dos processos pendentes de solução na primeira instância, sendo que a diferença entre o recebimento processual e os que estão pendentes estão cada vez mais aumentando, e nas liquidações iniciadas, finalizadas assim como nos processos pendentes de finalização na fase de liquidação.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Gabinete da Presidência

As quantidades de execuções iniciadas apresentam uma tendência crescente. A diferença de processo pendente de baixa na execução e as execuções iniciadas são muito grandes, evidenciando ser um dos principais problemas da justiça do trabalho. As taxas de congestionamento nas fases de conhecimento e liquidação são decrescentes, assim como os processos pendentes de baixa e outras pendências na fase de conhecimento. Diferente do que acontece na primeira instância há uma forte tendência de crescimento de recebimento processual na segunda instância. As quantidades de processos julgados e baixados apresentam uma tendência estável. Na segunda instância também há uma forte tendência de crescimento de processos pendentes sendo que esse crescimento se torna mais evidente a partir de agosto de 2015, fazendo com que a diferença entre os pendentes e os recebidos fique cada vez maiores a partir de ago/15 à abr/17. A segunda instância também tem uma tendência de aumento do prazo médio da autuação até a baixa e da autuação até o julgamento. O Diretor-Geral entendeu relevante que seja calculado a diferença, em percentuais, das taxas de congestionamento do 1º e 2º grau em relação aos exercícios de 2016 e 2017, considerando os processos recebidos e pendentes de julgamento, o que foi devidamente acatado pela Secretária de Gestão de Estratégica. Ato contínuo, a servidora Patrícia Reis, apresentou os resultados do 2º quadrimestre de 2017 do Plano Estratégico do Regional, destacando que o percentual de objetivos estratégicos que tiveram as metas relacionadas alcançadas foi de 29%, 21% dos objetivos obtiveram metas parcialmente alcançadas, 50% de metas relacionadas não alcançadas. Para oferecer dados mais detalhados, Patrícia Reis passou a descrever a situação dos indicadores estratégicos, destacando que 50% tiveram suas metas cumpridas, 12% ficaram com as metas próximas dos valores estipulados para cumprimento, 17% dos indicadores não tiveram suas metas cumpridas e 21% ficaram sem aferição, por se tratar de indicadores com medição semestral ou anual. Buscando aprimorar a participação das unidades e promover uma discussão ampliada da análise do desempenho estratégico, passou-se a exposição das propostas de melhoria na tentativa de alavancar os resultados pelos responsáveis pelos indicadores estratégicos: Foram elas: Indicador 11 – Taxa de Congestionamento – 2º grau: Telma Bretz esclareceu que o aumento da taxa de congestionamento do 2º grau decorreu, principalmente, do acúmulo de agravos de instrumento pendentes de remessa e



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Gabinete da Presidência

recursos de revista pendentes de análise. Acrescentou que foi constatada uma pequena inconsistência na aferição do indicador, uma vez que, no SIAP2, os processos remetidos às Turmas para novo julgamento em decorrência de decisões proferidas em Incidentes de Uniformização de Jurisprudência – IUJ são, temporariamente, computados em duplicidade, até que ocorra o novo julgamento. Para alavancar os resultados em relação aos recursos de revista, a Diretora Judiciária informou que o 1º Vice-Presidente determinou que se faça um esforço conjunto, estipulando que sejam analisados no mínimo 4.000 processos por mês. E, em relação aos agravos de instrumento, está sendo realizado um mutirão com participação de servidores da Presidência, Secretaria do Tribunal Pleno, Secretaria de Recursos, dentre outros, a fim de incrementar o número de processos encaminhados ao TST, o que, ao que tudo indica, já gerou uma pequena melhora no indicador, que passou de 46,03% em agosto para 45,30% em setembro; Indicador 13 - Tempo médio de duração do processo de execução contra ente privado: as propostas de melhoria apresentadas na RAE anterior estão sendo executadas, a saber: o mapeamento das atividades da Central de Pesquisa Patrimonial foi iniciada com a coordenação do EPT em setembro; Déborah Rezende esclareceu que a Vice Corregedoria Regional está realizando um levantamento com todas as Varas do Trabalho indagando sobre o interesse de instalação da 2ª sala de audiência, sendo que 81 unidades já responderam, o que poderá subsidiar a tomada de decisão da Administração uma vez que, como destacado por Cristiano Reis muitas são as implicações do ponto de vista da logística para viabilizar a estruturação de tal instalação (equipamentos, mobiliário, espaço físico, etc) e ainda não há uma política institucional definida; Denise Grego e René Torres lembraram, respectivamente, que a versão 2.0 do PJE aprimora as funcionalidades correlatas a execução e o MGD por meio da disseminação de boas práticas poderão impactar positivamente o indicador; Indicador 16 - Número de ações voltadas à prevenção da judicialização: os presentes mantiveram a deliberação anterior de submeter esta análise para a Comissão de Gestão Estratégica; Indicador 54 - Número médio de dias despendidos na fase interna para realização de aquisições por Pregão Eletrônico (PE): André Mascarenhas relatou que acatando a deliberação da RAE anterior a DADM orientou os demandantes quanto a padronização do marco inicial do processo, qual seja, encaminhamento da proposição de contratação,



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Gabinete da Presidência

excluindo os estudos preliminares que deverão ser protocolizados em epad próprio com tramitação conjunta, sendo que Cristiano Reis ressaltou que para toda e qualquer contratação passará a ser exigida a elaboração de estudo preliminar; Indicador 55 – Número médio de dias corridos despendidos na fase externa para realização de aquisições por Pregão Eletrônico: André Mascarenhas informou que a diferença do resultado do 1º para o 2º quadrimestre se deu em razão do volume de recursos e de algumas repetições de procedimentos licitatórios, anteriormente desertos, a pedido dos demandantes. Em relação ao último item destacado deliberou-se pelo alinhamento entre Diretor-Geral, Assessoria Jurídica e Diretores subordinados de forma a padronizar despachos no sentido de proibir as repetições de procedimentos licitatórios desertos. Ana Flávia Chaib se comprometeu em promover reunião discussão da matéria. Na sequência, Marília Alves asseverou que tal conduta tem impacto financeiro prejudicial ao TRT3, [uma vez que grande passa a ser a defasagem](#) dos valores e a necessidade de aditamento para reajuste pode não corresponder com a realidade do mercado, dada a diferença de prazo entre o início do processo licitatório e sua finalização; Indicador 30 - Percentual de cargos de juiz substituto vagos: a situação se mantém a mesma em comparação ao exposto na ata da última RAE; 47 - Índice de execução do orçamento disponibilizado: a Diretora de Orçamento e Finanças explicou da impossibilidade de cumprimento da meta estipulada, uma vez que 33% do orçamento do TRT3 está alocado no Projeto Estratégico – Implantação do Novo Fórum de Belo Horizonte e a obra não está sendo executada conforme cronograma estabelecido, o Diretor de Administração esclareceu que parte do atraso se deve à não aprovação do projeto pelo Corpo de Bombeiros, acrescentando que, também, há problemas contratuais dificultando a execução. Após, Patrícia Reis explanou sobre o desempenho acumulado no 2º quadrimestre de 2017 das metas e indicadores nacionais, a saber: o IPJ - Índice de Processos Julgados, o IPA - Índice de Processos Antigos e o IRA - Índice de Redução do Acervos dos Maiores Litigantes superaram a expectativa com o desempenho de 112,33%, 109,66% e 100,68% respectivamente; o ICONc - Índice de Conciliação Fase de Conhecimento 1º grau, não atingiu o previsto, tendo seu desempenho acumulado sido aferido em 93,51%; o IE - Índice de Execução está abaixo do previsto com desempenho de 98,34%; o IACJ - Índice de Ações Coletivas Julgadas no 1º grau teve desempenho acima do esperado atingindo



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Gabinete da Presidência

101,45%, já no 2º grau os valores ficaram um pouco aquém das expectativas com 99,36%; o IEOD - Índice de Execução do Orçamento Disponibilizado ficou com desempenho deficitário, 74,21; TMDP1 e 2 - Tempo Médio de Duração do Processo alcançaram 89,74% e 69,39%, totalizando 162 e 179 dias, respectivamente; não houve aferição para IGov e os resultados do IGov Pessoas e IGov TI atingiram o estipulado. Dando prosseguimento Renata Nunes passou a discorrer sobre o andamento dos projetos estratégicos do TRT3, destacando que 33,33% dos projetos estavam em andamento, sem entraves; 13,33%, com problemas pontuais; 13,33% dos projetos apresentavam algum tipo de problema mais grave, 15,56% dos projetos foram encerrados e 11% não possuíam informação, ou não foram iniciados, ou estavam sem planejamento. Na linha de incrementar a participação das unidades e dos gerentes de projetos e buscando maior alinhamento institucional, passou-se à exposição das propostas de melhoria para viabilizar a continuidade da execução dos projetos estratégicos com entraves graves de execução: Foram eles: PROJ 15012 – Otimização do Processo de Aquisição: Cristiano Reis informou que o projeto passará por reformulação de forma a adequação às novas diretrizes da governança das contratações e gestão de riscos, cujos estudos encontram-se em andamento. Em face de reestruturação interna da Diretoria de Administração, a gerência do projeto passará ao servidor Victor Emílio Feital Soares, Chefe da Seção de Apoio Jurídico da Secretaria de Licitações e Contratos (SAJ / SELC). O escopo do projeto sofrerá ampliação para adequação à nova diretriz, e será apresentado novo cronograma para as entregas previstas, em momento oportuno. Esclareceu ainda que a última alteração requerida no projeto, para integração das contratações de TIC no fluxo dos processos de contratação já estabelecido, foi concluída para a fase interna das licitações e das contratações, embora não tenha sido formalizado o cronograma junto a essa Secretaria de Gestão Estratégica. Disse, também, que no dia 25/10 haverá a primeira reunião junto com o novo gerente do projeto para esboço do cronograma e das entregas mínimas do projeto, a serem formalizadas junto a essa Secretaria; PROJ 15020 Implantação do SIGEP: Patrícia Reis, gerente do projeto, esclareceu que o Comitê Gestor Regional do SIGEP está tomando medidas para tentar diminuir os atrasos na operacionalização, entretanto já se sabe que não será possível cumprir o cronograma e que reuniões estão agendadas com os membros da Administração atual



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Gabinete da Presidência

e futura para avaliação conjunta da situação; PROG 15010 Implantação da Política de Gestão de Pessoas: Cristina Disciaciatti ponderou que não houve patrocínio adequado da Alta Administração para viabilizar a execução do projeto, destacando a demora para aprovação da norma correlata e por último a não composição do Comitê de Gestão de Pessoas por decisão proferida na última sessão do Tribunal Pleno de outubro/2017. Identificou, ainda, situações que prejudicaram o andamento dos trabalhos, tais como: redução drástica da quantidade de servidores lotados nas unidades vinculadas, a impossibilidade de implementar propostas afins que demandam o aprimoramento e/ou desenvolvimento de sistemas de TI em razão da redução dos servidores de TI alocados no grupo executivo de gestão de pessoas, a enorme demanda de serviço advinda do Projeto Estratégico Implantação do SIGEP, concorrendo com a execução do projeto em questão, a restrição orçamentária que impossibilitou a nomeação de novos servidores. Considerando o exposto a Diretora de Gestão de Pessoas propôs a suspensão temporária da execução do projeto até que a recomposição da força de trabalho seja possível; PROJ 15024 Feedback e PROJ 15027 Recompensar: Eliel Negromonte avaliou o cenário atual como desfavorável para alavancar a execução dos projetos, destacando a redução do número de servidores lotados na Secretaria de Desenvolvimento de Pessoas que conta hoje com 50% da força de trabalho estipulada, lembrou, ainda, a desmotivação generalizada sofrida pelos servidores da área administrativa em razão da implantação da Resolução 219, além de ataques externos a Justiça do Trabalho e a sucessão de cortes orçamentários. Dito isto, passou a palavra, primeiramente, para Priscila Boechat, gerente do projeto 15024 que reforçando o disposto pelo Secretário de Desenvolvimento de Pessoas acrescentou que a implantação do SIGEP vai na contra mão da cultura de avaliação de desempenho que o TRT3 mantém e não permite a execução do escopo definido para o projeto, o que acarretará imenso retrocesso, inviabilizando sua execução, uma vez que vincula a avaliação apenas aos servidores em situação de progressão, promoção e movimentação na carreira. Desta forma, ela propôs a suspensão temporária da execução do projeto até que a implantação do SIGEP ocorra efetivamente e seja possível realizar uma avaliação mais precisa da situação. Na sequência Beatriz Bueres, gerente do projeto 15027, propôs o cancelamento do projeto, justificando que não há normatizo que dê respaldo jurídico



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Gabinete da Presidência

ao projeto, além de dificuldades operacionais, citando como exemplo a falta de sistema adequado que permita mensurar os parâmetros que variam parte de um sistema de recompensa; PROG 15011 Programa Trabalho Saudável e Seguro: Geraldo Mendes discorreu sobre os projetos e ações que compõe o referido programa, observando: Saúde em movimento ginástica laboral com problemas contratuais graves, entretanto as medidas já estão sendo tomadas para contratação do segundo colocado na licitação e inclusão de pilates no rol de serviços oferecidos pelo TRTer Saúde; Estresse no Trabalho foi cancelado por problemas contratuais; PJE com saúde contratação não autorizada pela Assessoria Jurídica por entender que não caberia contratar por inexigibilidade de licitação; Adesão ao exame periódico odontológico ficou seriamente prejudicado por atrasos nos processos de contratação de manutenção dos equipamentos odontológicos (cadeira); Adesão ao exame médico periódico tem crescido entre os servidores em torno de 70% estão realizando, entretanto o mesmo não ocorre com os magistrados. IAQVT em tramitação para contratação de novo levantamento a ser realizado em 2018 e Saudavelmente com andamento satisfatório. Por fim, mas não menos importante Patrícia Reis informou que após a reunião da Comissão de Projetos e Processos – CPP a proposta de atualização do Portfólio de Projetos que será encaminhada para possível validação da Comissão de Gestão Estratégica é: a) concluídos os projetos estratégicos PROG15001 – Programa Ambiente da Gente, PROJ15005 – Otimização de Primeira e PROJ15006 – Saneamento dos cadastros de partes constantes das bases de dados do SIAP e PJE-JT do TRT3 e cancelados os projetos, b) cancelados os projetos estratégicos PROJ15016 – Implantação do Sistema de Material e Patrimônio, PROJ15018 – Agenda Institucional, PROJ15025 – Sapiens, PROJ15031 – Implantação da redundância dos links de comunicação no interior, PROJ15032 – Mensageria, c) há proposta de cancelamento para os projetos estratégicos PROJ15019 – Desenvolvimento do Módulo de Precatório do PJE-JT e PROJ15023 – Revisão da Estrutura Organizacional e d) a proposta de criação de novos projetos estratégicos Otimização por Indicadores do MGD - 26237/2017. Patrícia Reis solicitou, ainda, aos membros da CPP presentes que aprovassem a inclusão do projeto “Estudos para efetividade da gestão de gabinetes com foco na saúde de magistrados e servidores” projeto este que conta com o patrocínio da Desembargadora Denise



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Gabinete da Presidência

Alves Horta, o que foi prontamente autorizado por todos. Ato contínuo, Patrícia Reis, repassou informações acerca da Resolução CSJT n. 197/2017 que dispõe sobre a revisão do Plano Estratégico do Conselho Superior da Justiça do Trabalho para o período de 2017/2020, informando que cópia da norma será encaminhada junto com a ata da reunião e que é imprescindível que todos tomem conhecimento, pois precisarão tomar providências para atender das determinações dispostas. Em seguida, a Secretária de Gestão Estratégica, deu por encerrada a reunião. Para constar, eu, Patrícia Helena dos Reis, , Chefe do Gabinete de Apoio da Secretária de Gestão Estratégica, lavrei a presente ata, que vai assinada por mim e pelos presentes.

RICARDO OLIVEIRA MARQUES

Diretor-Geral

TELMA LÚCIA BRETZ PEREIRA

Diretora Judiciária

RENE DE SOUZA TORRES

Assessor da Corregedoria Regional

DENISE MARIA REIS GREGO

Secretária de Apoio Judiciário

CRISTIANO BARROS REIS

Diretor Administrativo

MARIA CRISTINA GONÇALVES DISCACCIATI

Diretora de Gestão de Pessoas

LUCINEIDE PIMENTEL TEIXEIRA

Secretária de Comunicação Social



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Gabinete da Presidência

GILBERTO ATMAN PICARDI FARIA

Diretor de Tecnologia de Informação e Comunicações

MARÍLIA SOUZA DINIZ ALVES

Diretora de Orçamento e Finanças

SANDRA PIMENTEL MENDES

Secretária de Gestão Estratégica

ANA FLÁVIA SALES B. CHAIB

Assessora Chefe da Diretoria Geral

MARIA LÚCIA CABRAL MOREIRA

Assessora da Diretoria Geral

ANDRÉ LUIZ MORAIS MASCARENHAS

Secretário de Licitações e Contratos

GERALDO MENDES DINIZ

Secretário de Saúde

ELIEL NEGROMONTE FILHO

Secretário de Desenvolvimento de Pessoas,

DÉBORAH REZENDE JUNQUEIRA DIAS ALVES

Servidora do Gabinete da Vice-Corregedoria

ANTÔNIO CLAÚDIO DOS SANTOS ROSA

Servidor da Secretaria de Controle Interno, , ,

PRISCILA DE FARIAS QUINTÃO BOECHAT

Servidora da Secretaria de Desenvolvimento de Pessoas,



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Gabinete da Presidência

BEATRIZ BUERES BATISTA

Servidora da Secretaria de Desenvolvimento de Pessoas,

RENATA NUNES FRANCO

Servidora da Secretaria de Gestão Estratégica

THAIS DA COSTA CRUZ

Chefe do Escritório de Processos de Trabalho

JULIANA APARECIDA RIBEIRO

Chefe da Seção de Estatística

VICTOR AUBIN VERZANI SOUZA

Servidor da Secretaria de Gestão Estratégica

LIÉGIA MACIEL DE OLIVEIRA

Servidora da Secretaria de Gestão Estratégica



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Gabinete da Presidência

RAE 18.10.2017

DELIBERAÇÃO	RESPONSÁVEL	SITUAÇÃO ATUAL
1. Revisão dos indicadores: submeter a CGE	SEGE	
2. O Diretor-Geral entendeu relevante que seja calculado a diferença, em percentuais, das taxas de congestionamento do 1º e 2º graus em relação aos exercícios de 2016 e 2017, considerando os processos recebidos e pendentes de julgamento.	Seção de Estatística	
3. Indicador 16. submeter esta análise para a Comissão de Gestão Estratégica	SEGE	
4. Alinhamento entre Diretor-Geral, Assessoria Jurídica e Diretores subordinados de forma a padronizar despachos no sentido de proibir as repetições de procedimentos licitatórios desertos.	Ana Flávia Chaib promover reunião	
5. PROG 15010 Implantação da Política de Gestão de Pessoas: suspender temporariamente	EPRO, submeter a CPP	
6. PROJ 15024 Feedback: suspender temporariamente	EPRO, submeter a CPP	
7. PROJ 15027 Recompensar: cancelar	EPRO, submeter a CPP	
8. Projeto Novo: Estudos para efetividade da gestão de gabinetes com foco na saúde de magistrados e servidores: submeter a CGE	SEGE	